

LAVOURA CACAUEIRA — SUL DA BAHIA: DILEMAS E PERSPECTIVAS

Clarice Gonçalves Souza de Oliveira

Gilmar Alves Trindade

Maria Helena Gramacho Mercês

Professores Mestres do Colegiado de Geografia
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Ilhéus – Bahia

INTRODUÇÃO

“Para compreender uma região é preciso viver a região”.

Rogério Haesbaert

Pensar os espaços regionais impõe apreender/compreender uma realidade inquestionável: a de que todos eles são marcados por um conjunto de diferenciados conteúdos físicos, sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais, todos geograficamente reconhecidos como capazes de desenvolver expressivos papéis no processo de produção/afirmação/reprodução/reafirmção de uma *região*.

Nesse sentido, a *região* pode ser compreendida como o espaço da diversidade e o seu estudo significa a possibilidade do conhecimento da sociedade, se consideradas as relações natureza e história que nela se realizam (Corrêa, 1991).

A *região*, além de outras possibilidades explicativas de sua produção/reprodução, também pode ser vista como um quadro de referência, tendo como ingredientes mais significativos, para esses processos, a consciência regional, o sentimento de

pertencimento e a cultura regional. Assim sendo, para que se efetive um processo de recuperação/reafirmção de uma região, faz-se necessário um trabalho solidário, de todos aqueles que a vivem. Se toda região, através dos seus diversos atores sociais, conduzir-se dessa forma, estará criando condições para que o confronto e enfrentamento dos problemas sejam mais rapidamente superados ou minimizados.

A região, nessa perspectiva, é algo que se constrói e se reconstrói a partir da ação de diversos elementos, em diferentes tempos, com atores que não têm o mesmo ritmo, pensam e se movem desigualmente e de acordo com as conveniências, possibilidades de satisfação de suas vaidades, desejos de conquista do poder político, manutenção do poder, entre outros condicionantes. Nessa perspectiva, é inteligente a afirmação de que a organização espacial é modelada pelas situações, pelos debates e conflitos que caracterizam um período e um lugar (Roncayolo, 1996).

Não há dúvidas de que a construção de uma região é um processo que se refaz a cada momento, e que “o movimento diacrônico é o que marca e faz a história” (Santos, 1997,p.95), que não tem fim. A “Região Cacaueira” (atualmente identificada como Microrregião Itabuna-Ilhéus – APÊNDICE 1) que se construiu a partir

de uma economia centrada na produção/exportação do cacau, vive hoje um tempo de reestruturação produtiva, buscando novas alternativas econômicas, como a indústria e o turismo, e outras possibilidades. Tudo isso impulsionado pela crise da lavoura cacauzeira, pelas novas lógicas de um mundo globalizado, mas, sobretudo, por um tempo de busca de recuperação dessa lavoura, ainda que reconhecendo as limitações impostas a essa atividade, a impossibilidade de retorno à sua situação original, a riqueza que foi capaz de gerar, e ainda por acreditar que ela é o mais consistente dos pilares de sustentação da economia regional.

REGIÃO CACAUEIRA: RELENDO SUA DINÂMICA TÊMPORO-ESPACIAL

A “Região Cacauzeira” (pelas definições do IBGE/1991 – Microrregião de Itabuna-Ilhéus) faz parte do conjunto de Microrregiões que integram o Sul da Bahia (Microrregiões de Valença e Porto Seguro) e está constituída por 41 municípios. Entre esses municípios, os de Ilhéus e Itabuna têm uma expressiva importância nesse contexto.

O município de Camacan, cuja sede é o principal objeto de estudo da pesquisa que oportuniza a produção deste artigo (Pesquisa: “Cidade de Camacan: trajetória, permanências e transformações têmporo-espaciais”), como a sua região de inserção, elegeu a lavoura cacauzeira como atividade principal e é aquele que, provavelmente, foi o primeiro a ser contaminado pela ação de um fungo cientificamente denominado *Crinipellis Perniciosa* (vassoura-de-bruxa). Essa é uma realidade que propiciou uma profunda crise socioeconômica e ambiental nesse município (e em todos os outros que compõem esta região), um processo migratório que fez Camacan perder 50% de sua população (estimada em 60 mil ao final da década de 1980), que migrou para cidades litorâneas como Porto Seguro e Guarapari no Espírito Santo, em busca de oportunidades de trabalho.

A história da “Região Cacauzeira” tem iní-

cio no Século XVI e, ao longo do tempo, tem sido marcada por intensas mudanças na sua organização espacial, política, econômica, social, cultural e ambiental. Num primeiro momento exerceu papéis atribuídos pelos colonizadores, os quais foram sendo alterados durante o processo de sua produção, ou a todo tempo em que novos atores hegemônicos dela foram se apropriando. As contradições que ela encerra demarcam uma história de riqueza e pobreza, uma realidade atribuída ao fato dela ter-se desenvolvido pautada numa economia altamente concentradora de renda, um espaço também construído sob as lógicas e racionalidades do capitalismo.

Se o mundo da vida se manifesta a partir de uma realidade espacial, a “Região Cacauzeira” é a manifestação dessa “mística”, portanto ela é o resultado da conjugação de forças do capital, do social, do natural e do cultural. Um processo mediatizado pelas lógicas e racionalidades dessas forças que, ao se inter-relacionarem, produziram as paisagens das terras do cacau, com diferentes desenhos ou formas e que tendem a novas configurações nesse novo tempo em que passa a experimentar novas possibilidades econômicas derivadas de novos fazeres (industriais e turísticos, entre outros), que se impõem frente à imperiosa necessidade de diversificação de sua economia, profundamente abalada pela crise econômica da cacauicultura, vivenciada a partir da década de 1980.

A “Região Cacauzeira” é o produto do fazer histórico de uma sociedade que primou pela manutenção dos seus interesses, suas ideologias, estruturas políticas e econômicas e o fez engendrando uma classe dominante de produtores de cacau, comerciantes e trabalhadores, ainda que em vários momentos tivessem estado, ou ainda possam estar, em posições contrárias e comungando de um viver conflituoso. Ainda assim, esta mesma sociedade tem buscado instrumentalizar os seus agentes sociais, formando associações, sindicatos, cooperativas, fundações e outros órgãos que, por diversos momentos de sua história, têm exercido o poder local e, assim, definido a importância do fundamento político para a produção/afirmação/reprodução/reafirmção de uma *região*. Constituem-se exemplos:

- ABC – Associação Brasileira de Cacaucultores.
- Associações Comerciais (de Itabuna e de Ilhéus).
- Sindicatos Rurais (de Itabuna e de Ilhéus).
- Cooperativa Central do Cacau Ltda.
- Cooperativas de Crédito Rural (de Itabuna e de Ilhéus).
- FUNDECAU – Fundação para o Desenvolvimento do Cacau (órgão extinto).
- ICB – Instituto de Cacau da Bahia (órgão extinto).
- CEPLAC – Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (elevada à categoria de Instituto de Desenvolvimento Rural Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau em outubro de 2004), com natureza de uma autarquia dotada de maior autonomia institucional e financeira e menos ligada à estrutura da administração direta, devendo colocar em prática algumas estratégias de sustentabilidade e garantia às cadeias produtivas da região (*Jornal Agora*, 23 a 25 de outubro de 2004, p.7).
- CCPC – Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau.
- AMURC – Associação dos Municípios da Microrregião Cacaueira.
- COMACAU – Comissão de Apoio à Recuperação da Lavoura Cacaueira.

CRISE DA CACAUCULTURA

Em 1989, a região passou a conviver com mais um elemento complicador para a sua economia, que foi a contaminação de suas áreas produtivas pela enfermidade vassoura-de-bruxa. A região é ferida de morte; declina a produção de cacau; cresce a inadimplência dos cacaucultores, tornando-os incapacitados para novos endividamentos (a grande maioria); o trabalhador rural é maciçamente desempregado, desenraizado; amplia-se a migração campo-cidade que é sucedida de uma migração cidade-cidade; o urbano passa a conviver com sérios problemas sociais e a sobrevivência da cacaucultura fica comprometida.

A região, que sempre se comportou como se bastasse a si mesma, talvez motivo maior para a não diversificação da economia, se defronta com uma realidade cruel de forte competição no mercado externo, longas estiagens, endividamento, enfermidades que afetam a lavoura cacaueira, queda da produção e do preço internacional. Pesa sobre ela toda uma gama de problemas endógenos que se somam aos exógenos, no bojo das articulações efetivadas entre as escalas local e mundial.

As crises econômicas nacionais e globais, instauradas pelas novas lógicas de um capitalismo em mutação, impõem uma nova espacialização e formas de produção e trabalho, reincidindo sobre todos os lugares do mundo, como também sobre a “Região Cacaueira”. A crise da lavoura cacaueira, somada a estas questões, vai contribuir para que ocorra o fechamento de grande número de empresas exportadoras de cacau (1980/1990) e também uma intensa fragilização do comércio (por falta de capital circulante), levando muitos estabelecimentos comerciais à falência assim como ao fechamento de inúmeras instituições bancárias. De exportadora de cacau, a região passou a importadora. O caos foi estabelecido. Uma região que chegou a abrigar 36 firmas exportadoras de cacau em amêndoas, verdadeiro símbolo do crescimento da produção e do crescimento da comercialização do cacau no mercado externo, passou a assistir à falência de muitos desses empreendimentos, sobrevivendo apenas as multinacionais Cargill, Joanes, Chadler e Nestlé (Oliveira, 2001).

Na outra ponta ficaram os produtores, sem o efetivo controle do processo produtivo, endividados, a conviver com uma realidade de não intervenção do Estado (pela retirada dos subsídios), jogados à própria sorte, considerando-se que o Primeiro Plano de Recuperação da Cacaucultura (Federal) só vai acontecer em 1995, permitindo o acesso ao crédito a apenas uma minoria deles, ou seja, aqueles que ainda tinham capacidade de endividamento. Tomando-se como exemplo o município de Camacan, das 3000 propriedades que possui, aproximadamente, apenas 17 produtores tiveram acesso ao crédito.

Nessa mesma fase o mercado internacional recebeu uma abundante oferta de ca-

Clarice Gonçalves Souza de Oliveira
 Gilmar Alves Trindade
 Maria Helena Gramacho Mercês

cau, como resultado do programa de ampliação do plantio desse fruto na Malásia e Indonésia, com um aumento de 101% entre 1980/1989 (509 000 toneladas em 1980 e 1 000 065 toneladas em 1989). Essa é uma realidade cruel para os produtores da região. Descapitalizados, sem perspectivas de solução imediata no combate à vassoura-de-bruxa e sem um Projeto de Recuperação para a Lavoura Cacaueira capaz de dar solução ou minimizar o problema estabelecido. A enfermidade assume contornos cada vez mais preocupantes, e a produção que em 1986-1987 era de 397.362 toneladas (US\$2.023,00/tonelada) chega a 96 039 toneladas em 2000 (US\$925,56/tonelada).

A crise econômica da cacauicultura e o rebatimento da crise econômica nacional brasileira e global sobre a região também impõem uma verdadeira implosão da atividade industrial regional. As indústrias de processamento de cacau (alimentadas pela matéria-prima produzida na própria região e agora escassa), principalmente as nacionais/regionais, são desativadas, além de vários outros empreendimentos de segmentos diferenciados. Sobrevivem apenas a Cargill, a Joanes (tutelada pela *holding Adm Cocoa*) e a Chadler (vendida à *Barry Callebaut*, empresa franco-suíça) que passam agora a importar cacau para o atendimento de suas próprias demandas.

Toda essa desarticulação da economia base passa a exigir um repensar desse espaço regional que resulte em tomadas de decisões no sentido de se buscar novas alternativas econômicas que sejam capazes de superar essa situação. Dessa forma, a crise econômica da cacauicultura pode ser vista como um mal e um bem, na medida em que tem estimulado esta sociedade do cacau a procurar outras possibilidades de refazer a economia regional, ainda que se constate o existir de uma expectativa de “recuperação da lavoura cacaueira”.

RELAÇÕES DE TRABALHO E ESTRUTURA PRODUTIVA NA CACAUCULTURA

A crise da cacauicultura também contribuiu para a substituição do uso da “mão-de-obra assalariada” (historicamente pra-

ticada na maioria das grandes, médias e pequenas propriedades) pela “parceria”, uma relação de trabalho que se origina de um “Contrato Civil”, em que as partes (trabalhadores/agricultores e proprietários das fazendas) se comprometem a dividir os riscos e acertos da cacauicultura (modalidade de contrato que também pode ser aplicado no desenvolvimento de outras atividades econômicas, agrárias ou não). Assim sendo, o contrato não é regido pela legislação e sim pela vara cível, uma vez que, nele, não existe a relação patrão-empregado, mas sim uma relação societária com vistas a se explorar a produção.

Segundo alguns proprietários de fazenda, o uso da parceria serve “para dividir a miséria”. Podemos então afirmar que o trabalhador não recebe remuneração; o contrato é por prazo determinado, podendo, no entanto, ser renovado; não há registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Os resultados da produção, sejam positivos ou negativos, são divididos entre os parceiros, conforme o contratado.

Na fase da colheita se faz necessária a contratação de mão-de-obra temporária, mas, pelas condições em que se desenvolve a cacauicultura, nesse momento, acreditamos que a grande maioria dos parceiros não regulariza a vida funcional desses trabalhadores. Trabalham por empreitada e vão embora quando termina a colheita.

É importante frisar que esses contratos exigem registro em Cartório de Registro Cível, sob pena de descaracterização da parceria. A não observância desse procedimento permitiria aos trabalhadores/agricultores (parceiros-outorgados que dispõem a sua força de trabalho nessa relação societária) recorrerem à Justiça do Trabalho, para fins indenizatórios, em qualquer momento. Alguns proprietários de fazendas (parceiros-outorgantes detentores do capital e da terra) descuidam desses procedimentos e poderão vir a passar por alguns contratemplos.

Esta é a racionalidade capitalista que vigora no mundo da cacauicultura, no interior do município de Camacan e de toda a região do cacau, no que se refere à relação de trabalho. Curioso é que, em tempos de

resultados positivos, de grande produção e de satisfatórios resultados econômicos, esses trabalhadores jamais foram chamados a “dividir o sucesso da cacauicultura”. Trabalharam (alguns ainda podem estar trabalhando) sob condições e salários que não lhes conferiam dignidade, conforto e expectativas de construir uma vida mais promissora, tanto para si, quanto para os seus familiares. Hoje, alguns poucos que retornaram ao campo ou de lá não saíram dispõem a sua força trabalho, mediante um “contrato de parceria”, para o desenvolvimento da cacauicultura.

A vida com a produção, mesmo na parceria, é desses trabalhadores/agricultores. A presença dos proprietários de fazendas (grandes e médios e alguns pequenos produtores), agora muito mais habitual, não significa que estejam trabalhando diretamente na produção, salvo algumas exceções, mais frequentes em pequenas e mini-propriedades.

No contexto atual da cacauicultura consideramos conveniente inserir alguns dados que sirvam para esclarecer melhor o significado do que seja mini, pequeno, médio e grande produtor no âmbito dessa lavoura. Tomando como referência os dados fornecidos pelo setor de crédito da CEPLAC, os produtores são classificados em função da sua renda agropecuária bruta anual e da sua renda extra rural, conforme explicitado a seguir:

▪ **miniprodutor** – quando sua renda agropecuária bruta anual média for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 e representar, no mínimo, 80% das suas receitas totais (rurais e extra – rurais), observado que, não atendido esse percentual mínimo – o mutuário será classificado como pequeno produtor;

▪ **pequeno produtor** – quando sua renda agropecuária bruta anual média for superior a R\$ 80.000,00 e igual ou inferior a R\$ 160.000,00 e representar, no mínimo, 70% das suas receitas totais (rurais e extra-rurais), observado que, não atendido esse percentual mínimo de 70%, o mutuário será classificado como médio produtor;

▪ **médio produtor** – quando sua renda agropecuária bruta anual média for superior a R\$ 160.000,00 e igual ou inferior a

R\$ 1.000.000,00 e representar, no mínimo, 60% das suas receitas totais (rurais e extra-rurais), observado que, não atendido esse percentual mínimo de 60%, o mutuário será classificado como grande produtor;

▪ **grande produtor** – quando sua renda agropecuária bruta anual média for superior a R\$ 1.000.000,00.

Disso concluímos que a CEPLAC ao privilegiar esses critérios descarta a diferenciação clássica da estrutura fundiária por hectare de terra para a classificação dos produtores.

CEPLAC: MISSÃO E DESAFIOS

A CEPLAC constituiu-se como um dos mais importantes órgãos ligados à cacauicultura (criada em 1957 e transferida do Ministério da Fazenda para o Ministério da Agricultura em 18.04.1974, através do Decreto nº 73.960), colocando-se como responsável pela promoção do aperfeiçoamento socioeconômico da lavoura cacauera; definição e criação de pólos de produção de cacau do país; incentivo à introdução e desenvolvimento de alternativas agroindustriais, bem como na participação do fortalecimento da infraestrutura nas regiões produtoras de cacau (Gaspareto, 1986).

A partir de 1983, esse órgão começou a perder o seu vigor (deixando-se à parte atuações gerenciais do órgão e encaminhamentos truncados das representações políticas locais), passando a viver um tempo de grande perda orçamentária (um orçamento que chegou à marca de S\$100 milhões, decresceu para S\$1,9 milhão em 1994). Esse enfraquecimento econômico inviabilizou o oferecimento regular de serviços de extensão, ensino e pesquisa, de sorte que, ao se deparar com a “vassoura-de-bruxa”, teve dificuldades (e ainda as tem) para desenvolver um trabalho de orientação/combate a essa enfermidade e outras, condição que refletiu diretamente na vida dos cacauicultores e na saúde econômica da Região.

Em várias oportunidades têm-se imputado à CEPLAC o ônus de parte da crise da

Clarice Gonçalves Souza de Oliveira
Gilmar Alves Trindade
Maria Helena Gramacho Mercês

região, principalmente quando se toma a “vassoura-de-bruxa” como um dos principais fatores de desarticulação da lavoura cacauceira (pela diminuição da produção do cacau que ela gerou). A razão do ônus é que, segundo alguns críticos, esse órgão tinha conhecimento da enfermidade e nada ou quase nada fez em termos de pesquisa, de produção de novas tecnologias que pudessem minimizar ou evitar os danos que essa enfermidade poderia ocasionar à cacauicultura, e que efetivamente ocasionou. Além disso, produtores afirmam que receberam orientação para a eliminação de plantas infectadas (de forma radical), atitude que contribuiu para que muitos cacauicultores perdessem toda e qualquer possibilidade de produção, considerando-se que muitas fazendas chegaram a 100% de contaminação pela enfermidade e, atuando segundo esta orientação, tiveram que eliminar todos os cacauzeiros de suas propriedades.

Existem cacauicultores, segundo o revelado pela mídia local/regional, que vivenciaram experiências desastrosas com os projetos de recuperação de suas lavouras (orientados pela CEPLAC nas primeiras etapas do Programa de Recuperação da Cacauicultura – década de 1990) que previa a aplicação da técnica de rebaixamento de copa do cacauzeiro e uso maciço de um produto à base de cobre, que não surtiu efeito. Não garantiu o controle da vassoura-de-bruxa e também a produção necessária. O endividamento dos produtores foi ampliado, uma vez que não conseguiram efetuar o pagamento do financiamento.

O CCPC, através de sua presidência, argumenta que “o governo cria artifícios como o Programa de Saneamento de Ativos (PESA), com 20 anos para o produtor pagar seus débitos”, que funciona da seguinte forma: o produtor financia 10% da dívida, pagando juros durante 20 anos, e o governo compra 90% dos Títulos da Dívida Agrária. O problema é que grande parte dos produtores não tem garantias para renegociar o valor da dívida, nem dinheiro para pagar os juros.

Cacauicultores que estão vivenciando essas experiências culpam a CEPLAC pela qualidade do pacote tecnológico recomendado para uso no combate à vas-

soura-de-bruxa, fazem denúncias e até ameaçam entrar com medida judicial contra esse órgão, por considerarem que o endividamento a que chegaram é de inteira responsabilidade dessa instituição. A CEPLAC, através de sua direção, não reconhece ser a responsável direta pelo não controle da enfermidade e culpa os produtores que não cuidaram de suas propriedades, afirmando que seriam estes os responsáveis pelo descontrole da enfermidade em propriedades que trabalharam o pacote tecnológico.

Apesar dos possíveis “equivocos” da CEPLAC, das dificuldades orçamentárias, do sucateamento de toda sua infra-estrutura física, da deterioração dos seus equipamentos, da desvalorização dos seus pesquisadores, técnicos e todo o pessoal de apoio, os seus cientistas, no decorrer da década de 1990 e dos anos subsequentes, têm trabalhado no sentido de desenvolver uma tecnologia que efetivamente possa produzir clones resistentes à vassoura-de-bruxa. Os resultados são animadores, pois já são mais de quarenta os clones testados e com possibilidades de aumentar a produtividade nas propriedades que investiram neste expediente.

As notícias que se tem daqueles que já clonaram – excetuando os que não souberam fazer a escolha do melhor material genético – sinalizam boas e até excelentes produções – nos padrões permitidos pelo material genético aplicado. A busca por um material genético mais resistente e mais produtivo continua sendo meta dos pesquisadores da CEPLAC. Esta realidade permite sonhar com a retomada da lavoura cacauceira.

RECUPERAÇÃO DA CACAUICULTURA: PLANOS, DILEMAS DO CRÉDITO E PERSPECTIVAS

A cacauicultura está “vencendo” um dos seus maiores inimigos – a vassoura-de-bruxa. Neste momento parece não ser mais problema. A clonagem dá sinais de que se encontrou o caminho certo. No entanto, outro fator ainda se coloca como decisivo: a definição de um plano de concessão de crédito específico para a cacaui-

cultura e coerente com as condições individuais de cada um dos produtores (mini, pequenos, médios e grandes).

O crédito é o “calcanhar de Aquiles” da lavoura cacaueteira, onde todas as dores estão concentradas. Muitos cacauicultores estão impedidos de terem acesso ao crédito, vez que lhes é imposta uma relação bancária injusta ou, no mínimo, incompatível com a realidade de um produtor que perdeu a sua capacidade de endividamento e não pode mais transacionar com os bancos financiadores (Banco do Brasil, Banco do Nordeste) ou ainda pode, mas os padrões de exigência de pagamento são inconciliáveis com uma atividade que está em processo de recuperação.

É importante registrar que os clonadores necessitam de aproximadamente cinco anos para voltar a ter uma produção que possa garantir os investimentos realizados, tempo necessário para auferir resultados que garantam o cumprimento dos contratos bancários. Pagar prestação já no segundo ano do contrato é inviável para a lavoura cacaueteira, “é injusto para com o cacauicultor”, como a grande maioria deles afirma.

Os cacauicultores já conseguiram formar uma consciência de que não se vai mais voltar aos padrões do que foi o “ouro verde” nos tempos áureos, que é preciso investir com as armas que se tem – amor à lavoura do cacau, vontade de investir, tecnologia, mão-de-obra qualificada e crédito. Os quatro primeiros itens parecem não mais constituir problema, no entanto, o último, é como anteriormente foi afirmado: ainda é o “calcanhar de Aquiles”.

A persistência dessa forma de concessão de crédito, para os que pensam e fazem a região, não garante a recuperação da lavoura cacaueteira, daí o entendimento de que é necessária uma redefinição desses planos, uma política de concessão de crédito que seja específica para o cacau e que seja inclusiva, sem o que, fica o sonho de que se avançou na tecnologia, “qualificou-se a mão-de-obra”, tem-se a vontade de investir, acredita-se no cacau e “se morre na praia” por conta das dificuldades do crédito.

O que se está falando é da urgência da humanização desse processo, onde os pra-

zos, os juros e o acesso se confirmem com uma lógica que permita que todos possam ser contemplados, pelo menos todos os que estiverem ainda apostando no cacau como uma das fontes da economia regional pela via da clonagem e, acima de tudo, com um novo espírito que é o “empresarial”. Não há como recuperar uma atividade como esta se a relação bancária dá um tratamento normal, para uma atividade em condições anormais. Como sonhar e tornar realidade pleitos dessa natureza?

Por certo, que este é um fazer político e deve se constituir numa ação coletiva de todos os segmentos da sociedade regional. As lideranças políticas regionais deverão compor a ala de frente do grande bloco da luta pela recuperação da lavoura cacaueteira, deixando de lado as causas particulares, as vaidades e os egoísmos. Por outro lado é importante fortalecer a CEPLAC, reinventá-la, redimensioná-la, para que ela possa dar conta de sua missão. É mister também fortalecer a AMURC: não é possível conceber um órgão estático, sem projetos regionais, onde cada um dos seus membros pensa isoladamente o seu município, a sua cidade, a sua gente. As demandas são muitas e de toda ordem. É preciso planejar e agir coletivamente.

O Plano recentemente encaminhado ao Ministério da Agricultura (15.03.2004), pelo que afirmam os cacauicultores, não altera a realidade uma vez que não contempla o anseio principal, que é o de um tratamento diferenciado para a cacauicultura. A incorporação no Plano Safra não é vista como garantia de financiamento em tempo hábil para o bom desempenho dessa atividade e nem de acesso ao crédito sem restrições. O embate entre produtores e direção da CEPLAC está estabelecido, mas há um entendimento de que se apresentada uma proposta de “melhor qualidade”, que convença a grande maioria, ainda será possível a retirada da proposta já encaminhada, criando-se a possibilidade de revisão de pontos muito importantes para a cacauicultura do Sul da Bahia, como: financiamento específico para a cacauicultura, índice de produtividade para fins de Reforma Agrária, entre outras. Em meio a essa polêmica é criada a Câmara Setorial do Agronegócio Cacau (em Brasília), instância em que deverão ser

Clarice Gonçalves Souza de Oliveira
Gilmar Alves Trindade
Maria Helena Gramacho Mercês

discutidas as questões da cacauicultura e para onde todos os olhares dos produtores, nesse momento, estão dirigidos.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da questão dos Planos de Recuperação da Lavoura Cacaueira, de superação do problema relativo ao crédito, a região ainda deve trabalhar no sentido de eliminar alguns condicionantes de entrave ao seu desenvolvimento, tais como os geoambientais, sociais, econômicos, tecnológicos, as inovações e os institucionais que devem substituir a racionalidade clientelista por uma racionalidade de planejamento, envolvendo a sociedade regional, o poder público, os empresários, as universidades, portanto, uma gestão participativa que resulte na definição/execução de ações democráticas e eficientes para o soerguimento da “Região Cacaueira”. Estas exigências, uma vez tornadas reais, concretas, poderiam proporcionar um razoável desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1991.

GASPARETO, Agenor. *Cacau, mitos e outras coisas mais*. Itabuna: Proplan, 1986.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp.49-73.

Institucionalização da Ceplac deve sair ainda este ano. *Jornal Agora*, 23 a 25.10.2004, p.7.

OLIVEIRA, Clarice Gonçalves Souza de. *Novas Indústrias de Itabuna-Ilhéus, 1980/2000*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2001.

RONCAYOLO, Marcel. Região. In: *Enciclopédia Einaudi*, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 8, 1986.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir os dilemas e perspectivas da lavoura cacaueira no âmbito da Microrregião Itabuna-Ilhéus, localizada no Sul do Estado da Bahia, que, neste trabalho - por uma questão de ordem cultural - é preferentemente tratada por Microrregião Cacaueira. Os principais referenciais de discussão dizem respeito à dinâmica têmporo-espacial dessa microrregião, à crise da cacauicultura, ao papel da CEPLAC como órgão de articulação dessa lavoura e à questão dos Planos de Recuperação da Cacauicultura, dando ênfase para a forma como o crédito tem sido alocado e às dificuldades de acesso pela grande maioria dos produtores. Apon-ta a necessidade de ações participativas, envolvendo todos os segmentos da sociedade regional na luta pela recuperação da lavoura cacaueira, além de registrar as transformações e permanências ocorridas na organização socioespacial da cidade de Camacan. Trata-se de um texto produzido a partir de dados oriundos do projeto de pesquisa intitulado “Cidade de Camacan: trajetória, permanências e transformações têmporo-espaciais”, ainda em andamento, cujos aportes metodológicos consistiram em uma abordagem quali-quantitativa, fundamentada em observação, análise documental e histórica, e entrevistas semi-estruturadas com diferentes segmentos da sociedade local.

Palavras-chaves: Região Cacaueira – Crise Econômica - Planos de Recuperação – Dilemas - Perspectivas.

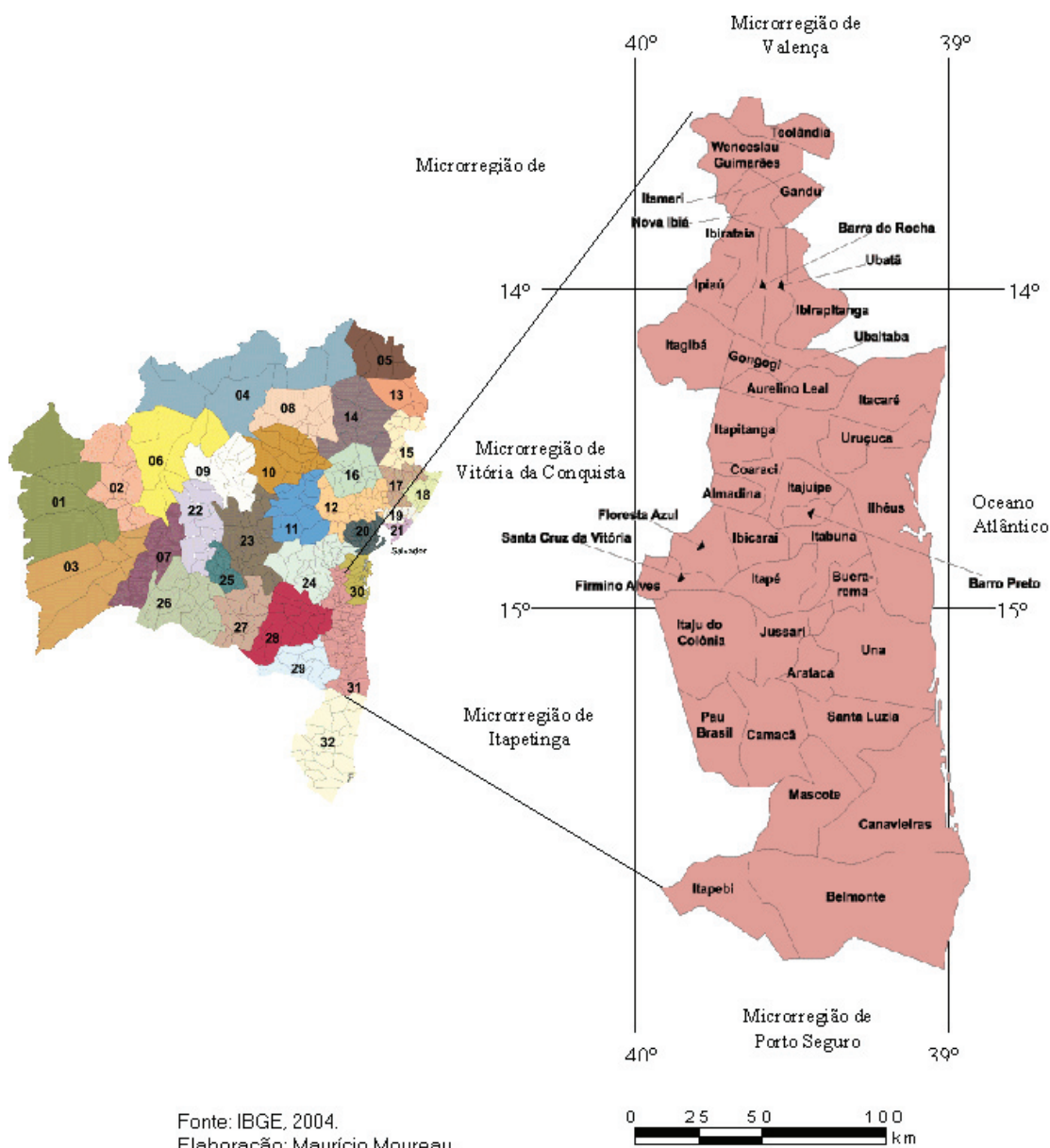
ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss problems and perspectives of cocoa farming, in the Itabuna-Ilhéus Microrregion, in southern Bahia. The crucial references of this research is the space-time dynamics of this micro region, the cocoa crisis and CEPLAC's role as the leader institution

APÊNDICE 1

BAHIA

LOCALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO ITABUNA-ILHÉUS – 031



for handling the Plan of Recuperation of Cocoa Production System. Particular attention is given to credit and difficulties most farmers have in getting access to it. A need to a participative action involving all segments of the regional society around strife to the recuperation of the cocoa farms is focused. Changes of social and spatial organization at Camacan's city are also registered. This study is part of a broader on-going research project

named "Camacan's City: trajectory, constancy and change space-time", under way. Such a project deals with an historical and documental analysis and with open-ended interviews with different segments of the local society.

Keywords: Cocoa region, economics crisis, Plan of Recuperation, problems, perspectives.

Clarice Gonçalves Souza de Oliveira
Gilmar Alves Trindade
Maria Helena Gramacho Mercês

LAVOURA CACAUEIRA – SUL DA BAHIA:
DILEMAS E PERSPECTIVAS